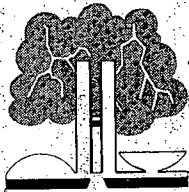


Subcomissão pedirá

Subcomissão de emendas da CPI do Orçamento vai acusá-lo de falsidade ideológica, uso irregular de verbas públicas e exercício antecipado do cargo por causa de ilegalidades em um convênio de 1990

BRASÍLIA — A subcomissão de emendas vai recomendar à CPI do Orçamento o enquadramento do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), em três artigos do Código Penal. O deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), integrante da CPI, afirmou ontem que o governador pode ser acusado de falsidade ideológica, emprego irregular de verbas públicas e exercício do cargo de governador ilegalmente antecipado.



Pena mais grave prevê o artigo 299, por falsidade ideológica: reclusão de um a cinco anos para quem emitir, em documento público ou particular, declaração falsa "com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante". Para Miranda, Roriz pode ser enquadrado no artigo 299 por ter assinado o convênio como governador antes de tomar posse no cargo.

Por causa do convênio, Miranda também quer enquadrar o governador no artigo 324 do Código Penal por "entrar no exercício de função pública antes de satisfazer as exigências legais". A pena é pequena: detenção de 15 dias a um mês. O secretário de Fazenda e Planejamento do DF, Everardo Maciel, sustenta que o convênio foi assinado em 6 de fevereiro de 1991, depois da posse do governador, apesar da data que aparece no documento. Segundo o secretário, houve um erro na datilografia do texto do convênio.

Também assina o convênio o diretor-presidente da Codeplan, Paulo de Melo Zimbres. Segundo integrantes da CPI, Zimbres saiu da Codeplan

No dia 31 de dezembro de 1990, Roriz assinou um convênio de US\$ 1,2 milhão com o Ministério da Ação Social para construção de 54 galpões destinados a escolas técnicas em 18 Estados. Roriz só tomou posse como governador no dia 1º de janeiro de 91. A CPI também encontrou irregularidades na execução do convênio e na aplicação de verbas federais destinados a outras obras executadas pelo governo Roriz.

Miranda fez parte da comissão de parlamentares da CPI que interrogou o governador no sábado. Segundo o deputado, Roriz admitiu que aplicava no mercado fi-

nanceiro as verbas orçamentárias destinadas às secretarias de Segurança Pública, Saúde e Educação e usava o resultado das aplicações para pagar outras obras. O Código Penal, no artigo 315, prevê pena de detenção de um a três meses para quem der às verbas ou rendas públicas "aplicação diversa da estabelecida em lei".

DEPUTADOS
ACHAM QUE
OBJETIVO DO
GOVERNADOR
ERA PEGAR
SOBRAS DO
ORÇAMENTO

no dia 21 de janeiro de 1991 e foi substituído por Danton Eifler Nogueira, e não poderia ter assinado o convênio em fevereiro, como alega o secretário Everardo Maciel. Os membros da CPI acreditam que a data de 31 de dezembro foi usada para que o convênio pudesse receber sobras de recursos do Orçamento da União de 1990.

ESCÂNDALO/RAMIFICAÇÕES

Enquadramento de Roriz

POLÍTICA

CPI do Orçamento

SEXTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1991